

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo Class.: Pacto Amazônico
Data 27.11.77 Pg.: 16 14

Pacto tenta romper desconfianças

CARLOS CONDE
Da sucursal de Brasília

O Pacto Amazônico começa a romper, amanhã, definitivamente, preconceitos e desconfianças. Representantes de alto nível dos oito países da área iniciam reunião preparatória de três dias para examinar o anteprojeto proposto pelo Brasil para a exploração conjunta da Amazônia.

Esse encontro diplomático, no Itamaraty, é até agora a etapa mais concreta da idéia de criar um clube amazônico para permitir o desenvolvimento integrado da região. Lançada há um ano, a iniciativa brasileira deparou-se com o apoio generalizado das nações da área, à exceção da Venezuela, cujas diferenças recentes com o Brasil não lhe permitiram a adesão imediata. A visita do presidente Carlos Andrés Pérez corrigiu os desencontros e Caracas integrou-se, agora, ao Pacto Amazônico com todo o entusiasmo.

Após uma consulta inicial e genérica aos sete países amazônicos, da qual resultou um "sim" interessado, o Brasil encaminhou a cada um deles um anteprojeto de 19 artigos, que ofe-

rece as linhas gerais para transformar a exploração conjunta da Amazônia em uma realidade. O tema foi detidamente estudado nas respectivas Chancelarias e confrontado com os projetos nacionais há muito tempo existentes. A soma desses dois esforços será transformada em debates a partir de amanhã, em busca de uma opinião média, que resulte finalmente no Pacto Amazônico. A idéia geral é continuar a integração física, obtendo a área de uma infraestrutura adequada de transportes e comunicações. O pacto pretende utilizar bem os recursos hídricos, proteger a fauna e a flora e buscar a coordenação dos atuais serviços de saúde, para melhorar as condições sanitárias da região e aperfeiçoar os métodos para prevenir e combater as epidemias.

TRÊS BARREIRAS

O início de debates mais amplos para estruturar o Pacto Amazônico representa um esforço comum no sentido de contornar principalmente três tipos de preconceitos que estiveram sempre no ar desde que o Brasil lançou a idéia de uma Amazônia única. Esses preconceitos são: 1 — A suspeita de que a soberania

de cada um dos oito países estaria correndo sérios riscos; 2 — a suscetiva evidência de que o Brasil pretendia, subrepticiamente, enfraquecer o Pacto Andino; 3 — A falsa premissa de que, se a bacia do Prata não se transformou em um êxito, um organismo semelhante, ao Norte, resultaria em idêntico malogro.

No primeiro caso, as nações constantemente se convencem de que uma soberania absoluta seria, cada vez mais, uma fantasia diplomática em um mundo sujeito à progressiva interdependência. O Pacto Amazônico nasce com a obrigatoriedade de que as decisões sejam adotadas por unanimidade. Esse princípio resguarda a individualidade dos países e consagra a igualdade, impedindo que o mecanismo possa transformar-se em fator de preponderância para qualquer um deles.

Além disso, a soberania de cada um e de todos é defendida porque o pacto tem, como um de seus efeitos imediatos, a vantagem de afastar o fantasma da internacionalização da Amazônia, oficializando a sua regionalização, que parece o caminho correto. Obtido esse resultado, o

clube amazônico preservará, igualmente, a soberania em três níveis: nacional, bilateral e regional. Os problemas internos de ocupação e desenvolvimento de recursos naturais continuarão sendo uma prerrogativa de cada país, sem interferência de terceiros. Os acordos bilaterais também devem ser mantidos e até estimulados. A idéia de explorar regionalmente a área não deve ser um incentivo para que as nações abdicuem dos esquemas bilaterais. Estes deveriam ser, cada vez mais, amoldar-se aos interesses regionais, que afloram em cada artigo do Pacto Amazônico.

ANDINA E PRATA

O receio de que o Pacto Amazônico interfira na saúde do Pacto Andino só pode ser resultado de um equívoco. O primeiro tem, como prioridade número um, a integração física, enquanto o segundo persegue sobretudo a integração econômica e aduaneira. É evidente, também, que o Brasil está procurando uma aproximação com o Pacto Andino. Quando esteve pela última vez em Lima, sede desse organismo, o ministro Azeredo da Silveira manifestou

de forma clara o interesse brasileiro em aprofundar acordos e entendimentos com o Pacto Andino.

A distinção entre os dois pactos foi bem demarcada pelo conselheiro Rubens Ricupero, ao falar recentemente em um painel de política internacional promovido pela Câmara dos Deputados. Com a autoridade de quem chefia, no Itamaraty, a divisão que engloba os países da América Amazônica, o diplomata lembrou que o Pacto Andino pretende integrar economias nacionais mediante a unificação tarifária e, em particular, a programação industrial, ao passo que o Pacto Amazônico destina-se à integração física dos sistemas de comunicações e transportes, sem tocar nas barreiras econômicas. Os dois grupos seriam, assim, complementares, e não concorrentes. Mesmo porque, na região amazônica de cada um dos cinco países que integram simultaneamente o Pacto Andino, a economia continuará integrada ao mercado regional andino. O Pacto Amazônico não terá qualquer competência nessa área. Ricupero diz, com acerto, que as nações andinas poderão beneficiar-se

de uma espécie de "dupla nacionalidade", que lhes dará plenos direitos em ambos os grupos.

Quanto à bacia do Prata, a comparação também é falha, a partir mesmo da conclusão de que o seu sistema resultou em malogro. Não cremos que seja assim. O quadro de conflito entre Brasil e Argentina, criado pelo binômio Itaipu-Corpus, não invalida o esforço de integração que tem marcado o Tratado da Bacia do Prata desde sua criação. É óbvio que maior coincidência entre os dois países proporcionalaria, automaticamente, um clima mais dinâmico ao mecanismo regional. Foi o que se verificou, por exemplo, no encontro do fim do ano passado, em Brasília, quando o ex-chanceler César Guzzetti trouxe um sinal de boa-vontade e aproximação, entendido e aceito pelo Itamaraty. Independentemente, porém, do nível da temperatura política entre Brasil e Argentina, o Tratado da Bacia do Prata tem mostrado sua utilidade. Entre outras, uma boa lição que ele pode legar ao Pacto Amazônico é a experiência de entendimentos bilaterais facilitados e estimulados com base na integração regional.

Venezuela envia a sua representação

CARACAS — Partiu ontem para o Brasil a delegação venezuelana que participará, a partir de amanhã, em Brasília, da reunião preparatória para a formação do Pacto Amazônico, proposto pelo governo brasileiro. A comitiva é encabeçada pelo embaixador Emilio Figueredo, chefe do Programa de Cooperação Amazônica do Ministério de Relações Exteriores, e integrada por Guillermo Colmeares Finol, do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais; Pedro Echeverría, diretor de integração do Instituto de Comércio Exterior; Pedro Soren Sorensen, subdiretor de política internacional da Chancelaria; e Hugo Alvarez Pifano, ministro conselheiro da embaixada de Venezuela em Brasília.

Ontem, esse grupo manteve uma longa reunião com o chanceler venezuelano, Simon Alberto Consalvi, que, depois, explicou o significado do encontro que se inicia hoje em Brasília. "Trata-se de uma reunião preliminar sobre cooperação multilateral dos países amazônicos, onde serão estudadas as diversas alternativas e as implicações do projeto (do Pacto Amazônico) e onde as delegações dos oito países participantes expõem seus pontos de vista iniciais".

Em Lima, o chanceler peruano José de la Puente também anunciou, ontem, o envio de uma delegação ao Brasil, que será chefiada pelo subsecretário de política exterior da Chancelaria, Huber Wieland. "Vemos a proposta do Brasil como um esforço muito imaginativo no campo da colaboração multilateral" — disse o chanceler. A Chancelaria boliviana, por sua vez, anunciou em La Paz, que sua delegação será presidida pelo secretário de Integração, Willy Vargas. De acordo com a versão boliviana, a reunião de Brasília "estudará a real utilização dos recursos existentes na região amazônica, dentro das normas de respeito à soberania de cada um dos países em seus respectivos territórios compreendidos dentro da Amazônia". A comitiva boliviana viaja hoje para o Brasil.